

Título: As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense e as instituições reguladoras do mercado de livros, no Brasil, entre os anos 70 e 80 do século XX.¹

Andréa Lemos Xavier Galucio²

Doutoranda em História
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Desde a implementação do regime militar no Brasil, observamos a criação de um novo espaço que passou a ser ocupado pelas editoras brasileiras que publicavam autores e textos considerados de esquerda e que, dessa forma, puderam atingir um público mais amplo. Para melhor compreender esse processo, este trabalho pretende mapear as relações entre as Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense e as instituições reguladoras do mercado editorial brasileiro, mais especificamente, Câmara Brasileira do Livro, Instituto Nacional do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros, no período da abertura democrática.

Palavras-chave: história editorial; editoras de esquerda; produção editorial; mercado editorial.

Texto completo

Desde que foi implantado o regime militar no Brasil, em princípios dos anos 60, as editoras brasileiras que publicavam autores e textos de esquerda foram crescentemente tomando novas posições na dinâmica do mercado editorial, conforme mantinham sua oposição à ditadura. A ação estatal sobre as publicações de esquerda mostrava a crescente força da censura, da repressão e da coação. O golpe militar de 1964 interrompeu os *"...tempos de euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosão de reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais."*³ E, rapidamente, traduziu-se em uma série de medidas de censura que acabaram por restringir a liberdade de expressão. Mas não só no âmbito da censura incidiu a intervenção do governo militar sobre as publicações, ela também foi

¹ Trabalho apresentado ao NP04 - Produção Editorial, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), concluído em 2000. Mestrado em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), concluído em 2003. Doutorado em História Social na UFF, ingresso em 2004. Apresentação de trabalhos nos Congressos Regionais e Nacionais de História (ANPUH, 1998 a 2003), no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC, 2004) e no I Seminário sobre o Livro e a História Editorial, 2004. E-mail: andreagalucio@uol.com.br.

³ Dênis de Moraes. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.24.

determinante nas condições de produção e distribuição do livro, pois as iniciativas estatais aumentaram nesse período sobre a área cultural e, em especial, financiou alguns projetos editoriais. O Estado, no sentido restrito, atuou na criação de consenso de seu projeto hegemônico junto às editoras privadas que o legitimariam, em detrimento do apoio àquelas editoras que apresentavam linhas editoriais de oposição ao regime militar e, nesses casos, essas últimas tiveram que criar outros meios de conquistar hegemonia. Para Gramsci o Estado restrito (sociedade política) seria apenas uma parte do que ele entende como Estado, que não é só sociedade política, mas também sociedade civil. Ele amplia essa noção para dar conta da complexidade das relações sociais inter e intraclasses que marcou a complexidade da sociedade civil com o desenvolvimento do capitalismo no século XX. Nesse Estado amplo, então, a direção política hegemônica é resultado da correlação de forças entre aparelhos do Estado e os chamados aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil.

Devemos, então, observar quais organismos foram criados pelo governo e pela sociedade civil e identificar como construíram suas formas de luta, seja pela manutenção ou mudança social e, por fim, analisar seus resultados em fins dos anos 70 quando ocorrem mudanças no panorama político.

Dentre as informações obtidas até o momento selecionamos três iniciativas que são exemplos significativos da materialização dos interesses da área privada do livro e do governo no mercado editorial.

Câmara Brasileira do Livro

A *Câmara Brasileira do Livro*⁴ (CBL), criada em 1946, tinha a função de organizar feiras de livros, promover campanhas de divulgação e reduzir tarifas postais para a distribuição de livros para diversas regiões do país. Atuava nesse sentido com sucesso e passou a expandir suas metas a partir dos anos 60, quando conquistou junto ao governo algumas medidas que beneficiavam o setor e que tiveram continuidade no período da

⁴ A *Câmara Brasileira do Livro* (CBL), fundada em 1946, com a colaboração de Ênio Silveira, editor da *Civilização Brasileira*, além de ter sido responsável pela consolidação das feiras de livros no Brasil, iniciativa inaugurada nos anos 50 pela Associação Brasileira do Livro. " (...) uma das primeiras iniciativas da CBL, em 1946, foi lançar a campanha publicitária "Livro, presente de amigo"; em 1948, conseguiu a redução das tarifas postais para envio de livros escolares...". Dados extraídos do site: www.cbl.org.br.

abertura. Nesse sentido, os empresários do livro, membros da CBL, conseguiram estabelecer novos regulamentos sobre a produção de papel no país. Em termos gramscianos, podemos tratar esse grupo como um *aparelho privado de hegemonia* que nesse momento conquista um de seus objetivos no interior do Estado ampliado. Para Gramsci a concepção de Estado amplo permite entender o Estado não só pelos instrumentos de coerção mas também pelos de consenso, na sociedade política e na sociedade civil. Mas, em especial, para ele, é na sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia que são os que materializam a batalha pela hegemonia a pelo consenso de seu projeto, seja em oposição ou não ao projeto hegemônico do Estado estrito.

A iniciativa conjunta, do governo com o organismo que representa os interesses dos empresários do livro, a CBL, criava novos regulamentos que estimulassem o consumo de livros e a produção de sua matéria-prima, o papel, no país. Em meados dos anos 1960 houve uma modernização dos processos gráficos: o governo criou o *Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas* (GEIPAG) - que isentou de taxas alfandegárias as máquinas destinadas à produção de livros - e a *Associação Brasileira da Indústria Gráfica* (ABIGRAF) - que investiu na produção nacional de equipamentos gráficos, favorecendo o mercado livreiro a longo prazo.⁵ Ambas eram reivindicações do setor livreiro desde os anos 40 e 50 devido aos altos gastos com os impostos na aquisição de máquinas e papel. Vale lembrar que desde sua fundação em 1946 a CBL definia seus propósitos nesse sentido: "*promover o setor, (...) junto a instituições e órgãos governamentais, além de apoiar campanhas de incentivo à leitura e políticas para o livro*". Um dos principais resultados para o setor em 1967 foi justamente em torno da campanha pela imunidade tributária para importação de papel destinado a impressão de livros, iniciada em 1957, que foi incorporada à Constituição de 1967 e mantida até hoje. Esta foi uma contribuição da CBL ainda com efeitos no mercado dos anos 70 e 80, quando então incrementou sua atividade com a criação do *Programa Nacional de Papel e Celulose*. Com mais esta medida a indústria do papel chegou ao final dos anos 70 com sua capacidade de produção ampliada para suprir a demanda do mercado e não precisar mais importar papel. Seu resultado garantiu ao Brasil exportar 13% da sua produção; diferentemente da década anterior quando o Brasil

⁵ Fernando Paixão. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p.148.

importava 40% das suas necessidades de papel de impressão.⁶ Mais uma vez a CBL concretizava seus objetivos no interior do Estado, consolidando seus interesses de classe coadunados com o governo, ou ainda, com seu projeto político. Por enquanto não temos mais dados sobre a CBL, pesquisa que iremos completar ainda neste semestre, principalmente para mapear seus agentes. Sabemos que eram os próprios editores, mas de quais editoras? Podemos adiantar que um de seus fundadores foi Ênio Silveira⁷, que nos anos 40 e 50 teve um importante papel na constituição de uma linha editorial de esquerda no interior da editora *Civilização Brasileira* e que desde então criou meios de conquistar melhores condições para o setor do livro, independentemente de linha editorial. Ratificamos, assim, que a CBL agiu como um aparelho privado de hegemonia, contribuindo para que as editoras se firmassem no mercado editorial brasileiro.

Instituto Nacional do Livro

O *Instituto Nacional do Livro*⁸ (INL) foi criado em 1937 e funcionou desde então como órgão censor no controle de publicações durante o governo Vargas até estas atribuições serem transferidas para o DIP. Sob a direção de Augusto Meyer, foi o primeiro órgão público do livro que se responsabilizou em multiplicar as bibliotecas públicas e em nome da valorização do livro o Estado passava a intervir em sua produção.

⁶ *Idemp.*147.

⁷ Editor da *Civilização Brasileira*, membro do PCB

⁸ O *Instituto Nacional do Livro* (INL), criado pelo Decreto-Lei n.º 93 de 21/12/1937, buscou viabilizar o projeto do então presidente Getúlio Vargas de elaboração de uma Enciclopédia Brasileira, iniciado somente na década de 50, com a publicação da *Revista do Livro*. Através desse projeto o governo controlava os títulos publicados, funcionando como órgão censor até a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que assumiu tal papel. Em 1971, o INL passou por uma reforma estrutural ampliando suas atividades. Permitiu, portanto, um aumento da produção de livros que atenderia escolas primárias, escolas técnicas, enfim viabilizando uma formação voltada para o aprendizado escolar. O sistema de co-edições do INL se manteve no período da transição política, entre 1979 e 1985, e seu catálogo mostra que foi prioridade, neste momento, a co-publicação de textos literários.

O INL funcionou até 1990 quando foi substituído pelo Departamento Nacional do Livro, integrando-se às diretorias da Biblioteca Nacional. Os objetivos gerais, desde a sua criação, foram de enriquecer e atualizar as bibliotecas públicas do país, dotando-as de livros e mão de obra especializada; reeditar obras raras e fundamentais para os estudos brasileiros; estimular a publicação de temas nacionais. Sales, Herberto. *Aspectos da política governamental do livro*. Brasília: MEC/INL/DDD, 1980, p.5.

No início dos anos 70, o Instituto passa por reformulações quando incorpora a COLTED - órgão do governo que atuava na área do livro desde 1966 na execução de políticas de co-edições de livros técnicos e didáticos. Foi a partir daí que o Instituto se caracterizou por subsidiar parte das tiragens de livros literários, técnicos, didáticos, paradidáticos e outras publicações que atendessem as escolas primárias e técnicas. Ao longo do regime militar, o INL, então, se responsabilizou com a política educacional proposta pelo governo de valorizar e implantar o curso técnico obrigatório estimulando determinadas co-edições. O INL pode ser entendido como um instrumento de coerção do governo impondo sua política educacional para a formação infanto-juvenil através do apoio financeiro a um determinado tipo de material adotado nas escolas.

O sistema de co-edições do INL se manteve no período da transição política, entre 1979 e 1985, e em seu catálogo identificamos uma nova tendência em seu critério de seleção. A prioridade, em fins do regime militar, era a co-publicação de textos literários. Isso incidirá imediatamente no mercado editorial redefinindo as políticas editoriais do governo junto as empresas, principalmente se levarmos em conta algumas oscilações desse mercado no período. Pois apesar daquelas iniciativas estatais junto a CBL para a indústria de papel - terem contribuído para a consolidação do mercado editorial brasileiro - os anos 70 não foram economicamente promissores para as editoras, principalmente para aquelas cuja linha de publicação era majoritariamente de esquerda. Pelo contrário, em 1974, juntamente com o aumento dos preços do papel decorrente da crise do petróleo de 1973, as editoras passaram por sucessivos problemas no mercado editorial. Dessa maneira o apoio financeiro do INL seria muito importante para o empreendimento das editoras. Vejamos como isso ocorreu.

O critério de co-edição⁹ foi definido, em 1979, da seguinte maneira: devia *"obedecer necessariamente aos seguintes percentuais: 65% para estudos brasileiros, 20% para romance, novela e conto; 15% para poesia e teatro"*.¹⁰ Ele deveria garantir a *"diminuição do risco do investimento, adquirindo, no mínimo, 50% da edição, além de*

⁹ É importante observar que o sistema de co-edições não era promovido apenas pelo INL, embora fosse apenas sua a iniciativa de distribuição gratuita às bibliotecas públicas para diversas regiões do país. A EDUSP desde 1963 já iniciara esta atividade, da seguinte forma: *"qualquer autor ou editor que deseje apoio na comercialização de um livro sobre qualquer assunto especializado de possível interesse para a Universidade é estimulado a submetê-lo à Comissão Editorial da EDUSP, composta de cinco membros ..."*. Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p.471.

¹⁰ Olimpio de Souza Andrade. *O Livro brasileiro desde 1920*. Brasília: Cátedra/MEC, 1978. p.113.

*adiantar ao editor, mediante a apresentação das provas de páginas, 40% do valor do investimento".*¹¹

A seleção das obras a serem co-editadas passava pela avaliação de pareceristas que em sua maioria aprovava publicações *infantis* principalmente aquelas produzidas pelas editoras *Abril* e *Ática*, o que não corresponde a rigor aos percentuais definidos pelas categorias que a princípio constituiriam suas escolhas. Aquele então não era o único critério a ser seguido, mas identificamos uma política de seleção que excluiu em larga medida algumas editoras.

O diretor do INL durante a abertura, quando se instaurou novos regulamentos para o INL, era Herberto Sales, que durante a gestão do então ministro da educação Eduardo Portela¹² buscou defender em seu discurso as diferenças dos propósitos do Instituto em sua administração daqueles do momento de sua criação em 1937. Para ele era

*preciso deixar bem claro que essa atividade (...) não tem nenhum caráter paternalista. Ao contrário é uma atividade nitidamente cultural (...), que se caracteriza como uma prestação de serviços no sentido da recuperação e preservação da bibliografia básica nacional.*¹³

Essa atividade "nitidamente cultural" que se preocupava primordialmente com a "bibliografia básica nacional" não era, certamente, uma iniciativa exclusivamente cultural, mas política e econômica e que favorecia os empresários do livro atendendo assim à formação de consenso ao apoiarem determinadas linhas editoriais e não outras. Pois ao contrário da editora *Abril*¹⁴, que era largamente apoiada pelo Instituto, as editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense* não foram contempladas da mesma forma. A primeira, que precisava de apoio financeiro para se restabelecer no mercado após a ditadura militar, teve aprovadas somente a co-edição da antologia de Machado de Assis, em 1980, e da obra

¹¹ Herberto Sales. *Aspectos da política governamental do livro ...* p.5.

¹² Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil ...* p.316. Hallewell acrescentou, ainda, que "Eduardo Portela, (...) iria simbolizar a abertura ao tornar-se, em 1979, um liberal ministro da educação do governo Figueiredo, mas a oposição de seus colegas mais conservadores de ministério forçou-o a renunciar quando se mostrou incapaz de enfrentar com firmeza uma greve nacional de professores universitários, em dezembro de 1980." *Idem*. p.450.

¹³ Herberto Sales. *Aspectos da política governamental do livro no Brasil*. Brasília: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1980. p.5.

¹⁴ A editora *Abril* tinha vendas diversificadas, estratégias comerciais pioneiras, como venda em bancas de jornais e o sucesso das revistas.

"A fala impura" de autoria de Roberto Reis. E a editora *Brasiliense* não apareceu em nenhuma das listas de co-edições do INL no período¹⁵. E não era porque não precisavam. A editora *Brasiliense* teve que pedir concordata e a *Civilização Brasileira* estava endividada e não conseguia empréstimos bancários¹⁶. Acrescenta-se ainda a situação econômica difícil das duas editoras o ônus resultante de grandes empréstimos advindos de uma linha de crédito para o projeto de venda de publicações de porta em porta¹⁷. Segundo Laurence Hallewell¹⁸, nesse período, "*apesar das vendas aumentarem, as margens de lucro foram sendo cada vez mais comprimidas*" para as editoras em geral.

Em relação às iniciativas do INL entendemos que não há um aspecto democrático em sua atuação evidenciado nos critérios de seleção dos textos, que mantinham a defesa do viés nacionalista na preferência de autores e apenas aumentou a distribuição de livros para diversas regiões do país. Neste caso, parece mais apropriado destacar seu papel junto a alguns setores privados do mercado editorial brasileiro que mantinham a produção de publicações que não se opunham a ideologia dominante, como foi o caso de grandes empresas como a Abril e a Ática.

A política do governo era, então, de criar e também manter órgãos¹⁹ específicos do livro, além do *Instituto Nacional do Livro* havia também a *Fundação Nacional do Material Escolar* - que também promovia co-edições, de livros didáticos junto as editoras privadas. Isso explica o alto índice de aprovação dado pelos pareceristas aos livros da Ática e acrescenta mais um dado ao projeto político-cultural do Estado de difundir sua ideologia para diversos setores da sociedade civil, e no caso dos livros didáticos seria uma forma do Estado "ocupar" o espaço das escolas.

Em linhas gerais, esses órgãos estatais se responsabilizavam por co-edições, por dar subsídios ou financiar a produção de livros. Ao mesmo tempo, os empresários do livro

¹⁵ Dados obtidos em pesquisa que realizamos nos catálogos do INL, onde analisamos os pareceres de co-edições do período. Biblioteca Nacional.

¹⁶ O crescimento econômico brasileiro no chamado segundo "milagre econômico" apresentou uma taxa anual de 9% a 11%, mas não garantiu sucesso para a indústria editorial. Houve também restrição ao crédito bancário que era importante para as editoras, uma vez que, muitas vezes, como foi o caso da *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, elas não contavam com capital de giro suficiente para as importações de papel.

¹⁷ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

¹⁸ Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil ...* p.498.

¹⁹ É importante esclarecer que também existiu nesse período o PRODELIVRO - um órgão criado na gestão de Eduardo Portela mas que foi muito criticado por aumentar as vias burocráticas da área do livro reproduzindo de forma menos eficaz as funções das instituições já existentes.

dinamizavam seus órgãos de classe, não só através da *Câmara Brasileira do Livro* como também do *Sindicato Nacional dos Editores de Livros*, como veremos no próximo item.

Apesar do crescimento do setor, consolidando um mercado editorial brasileiro, as editoras que realizavam oposição ao regime não desfrutavam das mesmas condições (materiais e políticas) nesse mundo do livro. Pelo contrário, durante sua atuação nos anos 70 a política do INL favoreceu o crescimento de grandes editoras, legitimando assim a vinculação da política do governo com a do grande empresariado.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros

O *Sindicato Nacional dos Editores de Livros* (SNEL) originou-se da Associação de Editores, criada em 1941, que ainda nos anos 40 passou a denominar-se Sindicato. Seu objetivo principal desde sua fundação era discutir o problema do papel, questão crucial para o setor, que também era reivindicado pela CBL, e para reforçar a luta dos empresários do livro procurando obter uma nova posição nos espaços de atuação do mercado do livro, principalmente a partir de 1979, quando passou a elaborar análises estatísticas do setor. Quando do período da transição seu objetivo foi de reunir:

..., através de seu Conselho Técnico Editorial, ...elementos para desencadear movimento nacional em defesa do setor, um dos mais fortes empregadores. A comercialização, a distribuição, a redução dos custos e o conseqüente alargamento do mercado, são alguns dos principais itens de estudos no Conselho Técnico, preocupado também em definir uma linha de comportamento político para as relações do setor com o governo, em particular com o Ministro da Educação, Rubem Ludwig.²⁰

Tais objetivos mostram que os empresários apresentam não só uma capacidade técnica mas eles também tem atribuições de cunho político ou dirigente. Pois a responsabilidade do Conselho Técnico é de elaborar um projeto que esteja adequado aos interesses editoriais privados e aproximado da política do governo, por isso ainda busca definir a "*linha de comportamento político*" não definida em 1981 mas que já se manifestava como negadora de qualquer filiação político-partidária²¹, deixando em aberto sua perspectiva política de aproximação com o governo. Mas em particular esse tom de

²⁰ Boletim do SNEL, 1979.

²¹ Fitipaldi, Mario. *Boletim do SNEL*, v.1, n.1, 1981.

dúvida era em relação ao novo ministro da educação que nesse momento ainda não se manifestara sobre a ampliação da política editorial pública da gestão anterior, de Eduardo Portela, com o Prodelivro e o apoio às editoras universitárias, apresentados mais adiante.

Notamos que até os anos 70 as grandes editoras afinadas com o projeto autoritário conquistaram muitas vezes melhoria de suas condições de produção, pelo menos quanto aos projetos editoriais cuja linha de publicação era simpática ao governo e, entretanto, não buscavam uma independência em relação ao Estado, ao contrário, se utilizaram dele para ampliar seus mercados. No final dessa década, os editores irão acrescentar às suas lutas, organizadas no interior do *Sindicato Nacional dos Editores de Livros* (SNEL), maior "autonomia" no mercado editorial. Apesar de continuarem a possuir apoio nas co-edições, como vimos nas medidas do INL, eles passavam a exigir exclusividade desse apoio utilizando o discurso da necessidade de obter "autonomia" no mercado em relação ao governo, e de certa forma até desqualificavam aquela conquista. Esse debate foi amplamente publicado nos Boletins do Sindicato.

Os empresários do livro defendiam a *liberdade* de publicar, reclamavam da *intervenção* crescente da área estatal sobre a área editorial, ou ainda, da “*presença do Estado-editor concorrente da iniciativa privada*”²², uma vez que ele criava um espaço competitivo junto à empresa privada com seus livros com preços mais acessíveis. Eles sugeriam que o Estado atuasse apenas “*como co-editor, (associando-se) ao capital privado para absorver parte dos investimentos de projetos editoriais especiais*”²³. O que os empresários do livro estariam realmente reivindicando ao defenderem maior "autonomia" no final dos anos 70 e princípios dos anos 80? O que teria mudado no interior do mercado editorial brasileiro?

O que realmente preocupava este setor era o amparo dado pelo governo às editoras universitárias e o projeto do ministério da educação com o Prodelivro. O caso mais significativo da situação das editoras universitárias era o da editora da Universidade de Brasília (UnB) e foi amplamente abordado nos *Boletins*, pois gerou vários depoimentos dos agentes do setor motivados pela indignação da situação privilegiada que julgavam estar ocorrendo. A editora da UNB foi criticada, principalmente, pela “*aquisição de copyrights*,

²² Mario Fitipaldi. Mensagem do Presidente (2). *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1981, p.2.

²³ *Idem*

no país e no exterior”²⁴ e porque publicava na mesma linha editorial de editoras privadas tornando-se assim concorrentes com mais vantagens que eles no mercado. Sugeriam ainda que a UNB mudasse de postura, pois “ao invés de competir com as editoras privadas usando o dinheiro dos impostos, deveriam, a exemplo da USP, dedicar-se exclusivamente a uma política de co-edições”.

Os editores reivindicavam, de forma geral, uma abertura democrática que possibilitasse o “diálogo entre classes produtoras e poder público...”²⁵ e mostravam claramente seu entendimento de democracia liberal aproximada da política do presidente João Figueiredo, quando expressaram apoio à sua política da abertura nos Boletins. Segundo o presidente do SNEL, Mario Fitipaldi:

*Para editores e livreiros a palavra de ordem continua sendo a de união em torno das entidades de classe e de apoio e confiança na palavra de nosso digno Presidente da República, João Figueiredo, cujos pronunciamentos a respeito da abertura democrática e do apoio à iniciativa privada têm sido veementes e incisivos. Defecções ou atitudes isoladas, neste momento de crucial importância, só podem prejudicar o bom combate que vem sendo por nós travado.*²⁶

As críticas de Sérgio Lacerda, presidente da editora *Nova Fronteira* e autor constante dos *Boletins*, à política do governo faziam crescer a luta desse setor naquele momento, ou seja, os empresários insatisfeitos com suas condições de produção buscavam manter sua posição no mercado editorial sem a concorrência dos editores universitários ou estatais. E de acordo com o depoimento de Lacerda no *Boletim do Sindicato Nacional dos Editores de Livros*²⁷ (BSNEL), algumas questões foram resolvidas. Ele destaca um dos acordos criados entre as instâncias públicas e privadas do livro. Um acordo realizado entre o Ministério da Justiça, a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional dos Editores do Livro para um sistema de co-edições. A proposta era de evitar que as editoras subsidiadas pelo governo, como a do Senado Federal, a Imprensa Nacional e as Imprensas Oficiais pudessem oferecer o livro com um custo social menor que as outras editoras e que aquelas não desfrutassem mais das técnicas de vendas próprias das editoras privadas.

²⁴ *Idem*

²⁵ *Idem*

²⁶ *Idem*

²⁷ Lacerda, Sérgio. O Livro, as editoras e o Estado-editor. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1981, p.2.

Defendia-se, assim, que o "Estado-editor" não produzisse livros vendáveis, mas somente aqueles considerados necessários ao patrimônio nacional e de pouco interesse comercial.²⁸ Esse acordo, entretanto, não ocorreu entre Ministério da Educação, via INL, e agências privadas do livro, CBL e SNEL, mas no âmbito de outro ministério e com a representação do ministro Ibrahim Abi-Ackel e por parte das agências privadas estavam Mario Fitipaldi, Álvaro Malheiros, Ruy Mendes Gonçalves e Jorge Eduardo Saraiva e conseguiram reduzir o custo com a produção do livro podendo equilibrar a competição com as editoras universitárias e quando era o caso com as publicações jurídicas apoiadas pelo Prodelivro, ora contempladas nos acordos com o ministério da educação.

Apesar dos boletins apresentarem com muita ênfase a tentativa de obter maior autonomia no mercado de livros, sabemos que não era exatamente essa a sua questão. O que havia por detrás dela era justamente a exclusividade de apoio para que o INL mantivesse apenas seu papel de co-editor e não fornecedor de subsídios para as editoras estatais. O empresariado do livro conquista assim mais uma medida do governo favorável às suas estratégias de mercado, inclusive, trazendo para si a clientela das editoras em geral, pois o público leitor/consumidor da classe média era em larga escala estudantes universitários.

As editoras, a nosso ver, exercem um papel que não pode ser entendido exclusivamente pela conquista de melhores condições materiais no mercado editorial, mas entendemos que o fato de serem difusoras de idéias, elas também são canais de expressão de um projeto hegemônico de sociedade ou contra-hegemônico. Quando organizadas em sindicatos, ou como aparelhos privados de hegemonia, elas expressam seus interesses de classe, mas isso não garante a homogeneidade de projetos no interior desses organismos, como não garante a todas as editoras as mesmas conquistas.

Gostaríamos de ressaltar que os editores da *Civilização Brasileira* e *Brasiliense* foram membros desses organismos e por vezes até ocupavam cargos de direção, mas isso não foi determinante para obterem as mesmas condições de crescimento no mercado editorial. Pelo menos nos anos da ditadura militar isso ficou bastante evidente. Ao mesmo tempo em que esses editores são empresários do livro eles também se comprometem com

²⁸ Fitipaldi, Mario. Mensagem do Presidente (2). *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.1,1981, p.2.

um projeto político de oposição ao regime autoritário quanto à condução da transição política em curso pelos militares. E nesse sentido eles compõem um grupo de agentes que a partir de sua função específica de empresários do livro dirigem a organização de publicações de esquerda e incentivam a reorganização da esquerda, confiando aos intelectuais autores e aos militantes de esquerda o patrocínio de debates, divulgação de idéias e a própria organização partidária pela volta da democracia.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil - uma crítica para a reformulação da prática**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, Curitiba: Editora da Universidade do Paraná, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FELIX, Moacyr (Org.). **Ênio Silveira - arquiteto das liberdades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. (Org.). **Livros, Editoras e Projetos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do Cárcere (volume 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **50 anos de *Brasiliense***. São Paulo: *Brasiliense*, 1993.

_____. **Caio Prado Júnior, historiador e editor**. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

PAIXÃO, Fernando. **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro (1960-1990)**. São Paulo: Com-Arte: Fapesp, 1996.

SALES, Herberto. **Aspectos da política governamental do livro no Brasil**. Brasília: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1980.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos - Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Editora Thesaurus, 1998.